



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

Vitor Manuel

1
[Signature]
luc

252/2019

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE
SEGUROS, PELO VALOR GLOBAL DE
399.996,72€, ISENTO DE IVA**

Aos oito dias do mês de Maio do ano 2019, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de Outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato.-----

Entre o **MUNICIPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva com o número 502098139, representado por **VITOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **SEGURADORAS UNIDAS, S.A.**, com sede em Avenida da Liberdade, 242, em Lisboa, com o capital social de 182.000.000,00 €, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa coletiva 500940231, representada por **JOSÉ CARLOS MARQUES DA SILVA DE JESUS PINHAL**, portador do cartão de cidadão número 09440530 1ZZ0, emitido pela República Portuguesa, válido até 21 de Fevereiro de 2028, contribuinte número 173318711 e **NÍDIA SUSANA FERNANDES PROENÇA FERREIRA GASPAS**, portadora do cartão de cidadão número 11261778 6ZY8, emitido pela República Portuguesa, válido até 21 de Setembro de 2020, contribuinte número 228584574, os quais outorgam na qualidade de procuradores da empresa com poderes para o ato, conforme consta da certidão permanente e procuração de 29 de Novembro de 2018, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **23 de Abril de 2019**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República número 50, II Série de 12 de Março de 2019, foi adjudicado à firma **SEGURADORAS UNIDAS, S.A.**, a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS”** pelo valor global de 399.996,72€ (trezentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e seis euros e setenta e dois cêntimos) isento de IVA, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

Handwritten signature and initials
2

no presente contrato, tendo o encargo cabimento nas rubricas orçamentais **02/01.03.09.01 e 02/02.02.12.**-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **3160** e LCPA n.º **7099**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06. -----

SEGUNDA: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de serviços de seguros, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II - cláusulas técnicas do caderno de encargos e na proposta do prestador de serviços que se dá por inteiramente reproduzida. -----

TERCEIRA: O contrato vigorará a partir de 8 de Maio de 2019 até ao dia 31 de Dezembro de 2019, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato;-----

O adjudicatário deverá efectuar a transição das apólices à data de entrada em vigor do contrato, salvo se para alguma(s) apólice(s) em particular o Município determinar um prazo superior ao indicado.-----

QUARTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as obrigações previstas nas alíneas a) a j) do número 1, do artº 5º do caderno de encargos.-----

QUINTA: O adjudicatário garantirá o sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a Edilidade, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou por força da execução do contrato;-----

A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.-----

SEXTA: Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por causa imputável ao adjudicatário a Edilidade pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária diária de 1%, do preço contratual, cujo valor será deduzido nos pagamentos parciais a efetuar ao adjudicatário. A pena pecuniária acima referida não obsta a que a Edilidade exija uma indemnização pelo dano excedente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

3

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

SÉTIMA: Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 11 da Parte I – Clausulas Gerais do Caderno de Encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.----

OITAVA: As condições de pagamento são as estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 72/2008 de 16 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei nº 147/2015 de 9 de Abril, que regula o regime de pagamento dos prémios dos contratos de seguros, sem prejuízo de ser acordado entre as partes o pagamento fraccionado em conformidade com o previsto no mesmo normativo e com a especificidade das apólices em causa.-----

Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas facturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.-----

NONA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de violação reiterada das obrigações estabelecidas no caderno de encargos e no incumprimento dos prazos estabelecidos no mesmo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the word 'Luc'.

O direito de resolução acima referido exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Edilidade.-----

DÉCIMA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.-----

DÉCIMA PRIMEIRA: O valor global da prestação de serviços é de 399.996,72€ (trezentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e seis euros e setenta e dois cêntimos) sem I.V.A. incluído, e para garantia da boa execução dos trabalhos e cumprimento das cláusulas deste contrato, foi prestada a caução correspondente ao depósito definitivo de **cinco por cento**, deste valor, no montante de **19.999,84€** (dezanove mil, novecentos e noventa e nove euros e oitenta e quatro cêntimos), emitida pelo Novo Banco, S.A., com sede na Av. da Liberdade, nº 195 - Lisboa, através da **Garantia Bancária N00411185**, datada de 02 de Maio de 2019.-----

DÉCIMA SEGUNDA: A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

DÉCIMA TERCEIRA: Conforme se encontra descrito na parte II – Cláusulas Técnicas do caderno de encargos o contrato visa a contratação das seguintes modalidades, todas de ramos “não vida”:-----

- Seguro de acidentes de trabalho;-----
- Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais dos Trabalhadores – Programa de Contrato de Emprego e Inserção;-----
- Seguro Frota Automóvel;-----
- Seguro de multiriscos patrimoniais;-----
- Seguro de Responsabilidade Civil – Serviço de Vigilância;-----
- Seguro Frota – Bicicletas partilhadas;-----
- Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais dos Eleitos Locais;-----
- Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Bombeiros;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

5
Huc

- Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais – Utentes de Instalações/Atividades Desportivas;-----
- Seguro de Responsabilidade Civil Geral da Autarquia;-----
- Seguro de Acidentes Pessoais – Banco de Voluntariado;-----
- Seguro de Acidentes Pessoais – Férias Para Todos XL.-----

DÉCIMA QUARTA: Durante a vigência do contrato apenas se aceitará a atualização dos prémios, em caso de modificação dos capitais seguros, de acordo com a reavaliação dos bens seguros, alteração nos mapas de pessoal ou dos limites legalmente estabelecidos.-----

DÉCIMA QUINTA: Este contrato produzirá efeitos financeiros após o visto do Tribunal de Contas;-----

DÉCIMA SEXTA: De acordo com o previsto no nº 1 do artigo 290º- A do CCP, o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Paula Nunes, Chefe da Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento; -----

DÉCIMA SÉTIMA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 23 de Abril de 2019, e aceite pela representada do segundo outorgante.-

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário;-----
- Informações técnicas.-----
- Garantia Bancária.-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

[Handwritten signature in blue ink]

OS SEGUNDOS OUTORGANTES,

Jose Ant. Marques Silva com P. n.º 11
Nidia Susana Pereira Dias

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro